

## Secção Regional Sul da Ordem dos Arquitectos

Questões:

- Obrigatoriedade de apresentação dos projectos de arquitectura em formato digital;
- Independentemente da resposta à questão anterior, quais os meios de protecção desses projectos nos locais de armazenamento.

Cumprir emitir parecer.

Estabelece a alínea a) do nº 1 do artigo 2º da Portaria nº 1105/2001, de 18 de Setembro, em sede da definição dos elementos instrutores dos pedidos de emissão dos alvarás de licença ou autorização das operações urbanísticas, que o pedido de emissão de alvará de licenciamento ou autorização das operações de loteamento deve ser instruído, designadamente, com a planta de síntese da operação de loteamento em base transparente e, quando exista, em base digital.

Compreendendo-se tal previsão para efeitos de actualização de bases cartográficas e cadastrais e para apoio a instrumentos de planeamento, importa verificar que tal disposição deve considerar-se extensiva aos projectos de arquitectura.

Analizado o Decreto-lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 177/2001, de 4 de Junho, bem como as diversas Portarias que o regulamentam, de um modo particular a Portaria nº 1110/2001, de 19 de Setembro, na qual se indicam os elementos que devem instruir os pedidos de realização de operações

urbanísticas, conclui-se não existir qualquer disposição que estabeleça a entrega dos projectos de arquitectura em base digital.

Perante esta omissão, que indicia a impossibilidade de tal exigência, há ainda assim que averiguar os efeitos negativos e os positivos que a mesma encerra. Assim:

#### I – Aspectos negativos.

O projecto de arquitectura, enquanto criação intelectual, encontra-se protegido pelo direito de autor, nos termos dos artigos 1º e 2º, nº, al. 1) do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos (CDA).

No exercício dos direitos morais que integram o direito de autor, a este assiste o direito de

- a) reivindicar a paternidade da sua obra (art. 9º, nº 3 do CDA);
- b) assegurar a genuinidade e integridade da mesma (art. 9º, nº 3 do CDA);
- c) opor-se à destruição da sua obra, a toda e qualquer mutilação, deformação ou outra modificação da mesma e, de um modo geral, a todo e qualquer acto que a desvirtue e possa afectar a sua honra e reputação (art. 56º, nº 1 do CDA);
- d) Não admitir modificações da obra sem o seu consentimento (art. 59º, nº 1 do CDA);
- e) Fazer depender do seu acordo a repetição da construção de obra de arquitectura, segundo o mesmo projecto (art. 161º, nº 2 do CDA).

Perante este cenário, surge de forma clara que a entrega de um projecto de arquitectura em base digital, pelo menos num formato manipulável, cria um risco acrescido para a violação dos direitos morais do seu autor, violação esta que, conforme estabelece o art. 198º do CDA, é punível como crime.

Ora, não se vislumbrando qualquer vantagem em que uma Câmara disponha de um projecto de arquitectura em base digital, pelo menos, repete-se, num formato manipulável, na medida em esse projecto não

poderá ser alterado ou utilizado para outros fins sem o consentimento do seu autor, e que qualquer alteração que lhe fosse introduzida ou qualquer utilização indevida ou abusiva por quem tivesse acesso aos respectivos ficheiros constituiria crime, forçosamente se tem de concluir não existir qualquer fundamento para a exigência de tal entrega, tanto mais que, reforçando este entendimento, não existem garantias de que, caso se apontasse em sentido contrário, o projecto não seria objecto de utilizações indevidas.

## II- Aspectos positivos.

É do conhecimento público que as Câmaras Municipais se encontram confrontadas com o problema do volume dos seus arquivos.

Como forma de o atenuar, e no que diz respeito aos projectos de arquitectura, surge obviamente a possibilidade de fazer substituir o suporte de papel pelo suporte digital.

Contudo, também se afigura óbvio que a necessidade de resolver o mencionado problema não passa necessariamente pela entrega dos projectos numa base digital manipulável, antes pelo contrário. Isto porque, como se referiu já, legalmente, não existe qualquer efeito útil na disponibilização do projecto num ficheiro que permita a possibilidade de manipulação.

Assim sendo, e com o objectivo de contribuir para a resolução dos problemas de arquivo, tem de admitir-se a possibilidade de ser solicitada a entrega do projecto de arquitectura em base digital, desde que esta tenha como característica essencial, a impossibilidade da sua manipulação.

Ponderando os argumentos expostos, somos levados a concluir não existir qualquer fundamento legal ou sequer de razão que justifique a exigência da entrega de um projecto de arquitectura em base digital através de um formato manipulável.

Contudo, e entrando já na resposta à segunda questão, importa assinalar que este entendimento é susceptível de vir a ser alterado, a

partir do momento que sejam dadas aos autores dos projectos, formalmente, totais garantias do respeito dos direitos que lhes assistem sobre esses projectos, o que poderá ocorrer com a regulamentação do depósito legal dos projectos a que se refere o artigo 124º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, a qual, até este momento, não se encontra concretizada.